

PARANÁ DESEMPENHO MACROECONÔMICO 1992



Este texto reúne algumas informações sobre o desempenho das economias paranaense e brasileira em 1992, na busca permanente de facilitar a compreensão da dinâmica macroeconômica estadual e sua inserção no contexto nacional. Os indicadores apresentados constituem estimativas preliminares, elaboradas com dados observados até os meses de agosto e outubro, dependendo da variável, as quais deverão ser substituídas quando as estatísticas básicas estiverem disponíveis para todo o ano de 1992.

Depois de atravessar 1991 observando a perversa combinação de inflação alta e ascendente com recessão - acentuada no último trimestre do ano pela explosão das taxas de juros e frustração das expectativas de expansão do consumo, através da liberação dos novos cruzados bloqueados pelo Plano Collor 1 -, a economia brasileira ensaiou um movimento de progressiva reativação dos níveis de atividade nos primeiros meses de 1992. Esse movimento esteve vinculado à performance favorável das exportações industriais e à expansão da produção agrícola e seus reflexos sobre a renda setorial, processamento agroindustrial e comercialização.

Adicionalmente, o quadro geral de expectativas dos agentes, que passa a incorporar a forte probabilidade de não ocorrência de mudanças bruscas nos rumos da política econômica, sugere a possibilidade de irradiação desses dois focos de dinamismo aos demais segmentos da economia.

No entanto, tal perspectiva não se concretizou e, o que é mais grave, a produção retomou sua trajetória descenden-

te já a partir do segundo trimestre do ano.

Essa nova inflexão pode ser atribuída a três ordens simultâneas e articuladas de fatores.

Em primeiro lugar, aparece o elemento sazonal, configurado na redução de intensidade dos impactos da safra no complexo agroindustrial e nas indefinições quanto ao planejamento do plantio da safra de verão 92/93, devido à ausência de referências oficiais precisas acerca dos preços mínimos e volume de financiamentos.

Em segundo lugar, destaca-se o prosseguimento intransigente do programa de austeridade monetária e fiscal do ministro Marcílio, em face dos resultados pouco animadores no front inflacionário - resistência das taxas na elevada faixa de 22% a 25% ao mês desde fevereiro -, das dificuldades técnicas e políticas para a execução de uma consistente reforma fiscal (dada a complexidade das modificações constitucionais propostas pelo Executivo ao Congresso Nacional) e da perspectiva de um novo salto nos níveis de inflação. Tais níveis são influenciados decisivamente pelo início da entressafra agrícola, pelas majorações reais das tarifas públicas e suas repercussões na cadeia produtiva, pelo reajuste do salário-mínimo e pela agudização da crise fiscal.

Dessa forma, consolidou-se o quadro recessivo decorrente da manutenção e intensificação dos mecanismos convencionais de estabilização conjuntural - austeridade monetária com juros reais elevados e política fiscal sustentada em rigoroso controle de caixa -, traduzido numa situação de estreitamento do mercado interno. Essa estabilização foi deter-

minada pela continuidade do processo de ajuste privado à crise, mediante redução sistemática dos níveis de emprego, principalmente a partir de outubro de 1991, com a explosão dos juros. Isso neutralizou as repercussões positivas das exportações e da renda agrícola, que apresentaram crescimento de 46,5% e 6,2%, respectivamente, conforme previsões do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA).

Além dos impactos da conjuntura recessiva, o movimento de modernização e reestruturação industrial em direção a uma maior eficiência e competitividade também contribuiu para o aumento permanente das taxas de desemprego, o que justifica os resultados da pesquisa sobre "Emprego e Salário na Indústria" realizada pelo IBGE - referente ao intervalo janeiro/agosto de 1992 -, que apontam queda de 6,7% no emprego industrial e crescimento de 5% na massa salarial real. Na prática, a demissão de mão-de-obra menos qualificada obriga as empresas a conviver com trabalhadores mais especializados, elevando o salário médio.

Em terceiro lugar desponha a crise política, desencadeada pela sequência de denúncias de corrupção envolvendo a cúpula do governo federal, que provocou imediata reação defensiva dos agentes econômicos, não revertida com a mudança presidencial. Na verdade, as incertezas derivadas de um contexto de grave instabilidade institucional, sem horizonte de rápida solução, conjugadas à ausência de uma proposta coerente para a condução da economia por parte do governo Itamar, forçaram um rearranjo das estratégias empresariais via crescente desaceleração nas decisões de produção, inversões e compras, justamente num período marcado pela ampliação dos patamares de atividade vinculada às vendas de fim de ano e ao plantio da safra de verão.

Os dois meses de governo Itamar não conseguiram modificar o ambiente conjuntural. Apesar dos firmes sinais de recuperação da atividade industrial, localizada em alguns segmentos voltados ao

suprimento da demanda de fim de ano (eletrodomésticos, televisores, etc.), desaceleração da inflação e manutenção de elevados saldos comerciais, persiste a situação recessiva atrelada às incertezas quanto aos rumos da política econômica. O relativo arrefecimento do ímpeto de variação do nível geral de preços em novembro e dezembro, por conta do adiantamento de reajustes tarifários, deve ocasionar repiques no começo de 1993, ligados às pressões altistas oriundas do reajuste do salário-mínimo e dos efeitos da provável aplicação dos novos Impostos (IPMF e Seletivo). Frise-se que, a despeito da inexistência de relação causal entre salário e inflação, numa situação fortemente inercial como a brasileira, qualquer interferência nos preços-chave da economia (salários, tarifas e câmbio) induz à permanência dos índices inflacionários em patamares elevados.

Em síntese, a economia brasileira experimenta uma trajetória recessiva desde o último trimestre de 1989, aprofundada durante o governo Collor. Segundo projeções do IPEA, o Produto Interno Bruto (PIB) do país declinará 1,5% em 1992 (tabela 1), confirmando que o crescimento agrícola e a performance positiva das exportações foram insuficientes para reduzir os impactos retracionistas das limitações monetárias e fiscais.

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE - 1992

SETOR DE ATIVIDADE	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Agropecuário	6,2
Lavouras	6,6
Produção Animal	5,6
Indústria	(5,1)
Transformação	(6,3)
Construção Civil	(5,3)
Demais	2,2
Serviços	(0,3)
Comércio	(4,9)
Transportes	2,6
Demais	1,0
TOTAL	(1,5)

FONTE: IPEA

NOTA: As projeções não incorporam a ligeira melhora sazonal verificada a partir do mês de outubro.

Considerando que esse cenário de desequilíbrio macroeconômico (inflação alta e recessão) resulta da persistência de fortes esquemas de indexação, mesmo na presença de demanda reprimida, e da continuidade do desequilíbrio estrutural do setor público, a rota econômica de 1993 dependerá do estado das expectativas em relação ao definitivo equacionamento da questão fiscal.

Embora tenham sentido os impactos da conjuntura recessiva em nível nacional, a economia paranaense experimentou expansão em 1991 (2,47% contra 0,95% do Brasil - tabela 2), sustentada pelo desempenho da agropecuária (sobretudo das lavouras de algodão, trigo e café) e da indústria (especialmente da construção civil e seus fornecedores industriais de extração de minerais, minerais não-metálicos e madeira). A expressiva performance da construção civil é explicada pela aceleração do ritmo de construção da Usina Hidrelétrica de Segredo.

TABELA 2 - TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE, NO PARANÁ E BRASIL - 1991-1992

SETOR DE ATIVIDADE	Em %			
	1991		1992	
	PARANÁ	BRASIL	PARANÁ	BRASIL
Agropecuária	3,40	2,62	0,90	6,20
Indústria	3,03	(0,76)	(1,74)	(5,10)
Comércio	1,20	1,12	1,15	(4,90)
TOTAL	2,47	0,95	(0,13)	(1,50)

FONTE: IBGE, IPEA, IPARDES

Merece registro também a evolução da produção dos gêneros papel e papelão, este voltado ao mercado externo, e têxtil, bebidas e fumo (tabela 3). Ao mesmo tempo, as quedas observadas pelos ramos da metalurgia, mecânica, material de transporte (principalmente caminhões), química (soja, refino de petróleo e fertilizantes nitrogenados) e produtos alimentares reproduzem no Estado o panorama de contração econômica nacional.

A reduzida taxa de expansão econômica do Estado, em 1991, articulada com um comportamento desfavorável da estrutura de preços relativos, ensejou um ligeiro declínio da participação

paranaense no PIB brasileiro, em que pese o PIB per capita ter sido 3,4% superior ao nacional, em razão do seu menor ritmo de crescimento populacional (tabela 4).

TABELA 3 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB INDUSTRIAL, SEGUNDO SUBSETORES E GÊNEROS, NO PARANÁ - 1991-1992

SUBSETOR/GÊNERO	Em %	
	1991	1992
Extrativa e de Transformação	0,53	1,23
Extração de Minerais	17,57	133,18
Minerais não Metálicos	2,77	(3,06)
Metalurgia	(21,81)	24,84
Mecânica	(8,76)	(37,05)
Material Elétrico e de Comunic.	11,48	6,36
Material de Transporte	(12,05)	6,30
Madeira	6,07	1,84
Mobiliário	4,54	(0,03)
Papel e Papelão	2,69	1,72
Borracha	22,16	(9,23)
Couro e Peles	7,01	(2,26)
Química	0,96	(4,70)
Produtos Farmacêuticos e Veter.	30,32	5,60
Perfumaria, Sabões e Velas	24,76	14,99
Produtos de Matéria Plástica	9,35	2,98
Têxtil	19,17	(16,48)
Vestuário, Calçados e Artefatos	20,38	7,57
Produtos Alimentares	(4,01)	2,17
Bebidas	7,91	(18,08)
Fumo	7,77	(3,25)
Editorial e Gráfica	10,42	12,85
Diversas	(28,25)	64,90
Construção Civil	8,96	(11,29)
Serviços Industriais de Utilidade	4,70	4,40
TOTAL	3,03	(1,74)

FONTE: IPARDES

TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO E PIB TOTAL E PER CAPITA DO PARANÁ E BRASIL - 1980-1985-1990-1991

ANO	% PIB PR/BR	PRODUTO INTERNO BRUTO			
		Total em US\$ Bilhões		Per Capita em US\$	
		Brasil	Paraná	Brasil	Paraná
1980	6,69
1985	6,51
1990	6,02	414,060	24,932	2882,02	2980,45
1991	5,96	429,488	25,607	2932,68	3033,08

FONTE: Banco Mundial, IBGE, IPARDES

NOTA: Apesar da reconhecida dificuldade de conversão do PIB em cruzeiros para dólares, devido às distorções associadas ao uso da taxa cambial como instrumento de política econômica, procedeu-se a um esforço de mensuração para os anos de 1990 e 1991, a partir dos resultados estimados pelo Banco Mundial.

... = não existe a estimativa

Em 1992, o PIB estadual deve registrar estagnação (queda de 0,13%), acompa-

nhando a Instabilidade macroeconômica que o país atravessa. As atividades mais afetadas integram as cadeias agroindustriais atreladas às safras de algodão, soja, trigo e café, que experimentaram reduções de 4,31%, 3,23%, 12,37% e 46,51%, respectivamente, e à bovinocultura, -20,01% (tabela 5).

TABELA 5 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - 1991-1992

PRODUTO	Em %	
	1991	1992
Algodão	20,12	(4,31)
Alho	12,78	3,10
Amendoim	(6,20)	1,27
Aroz	(35,42)	32,37
Batata-doce	4,03	2,35
Batata-inglesa	6,05	4,54
Cana-de-açúcar	4,11	14,58
Cebola	(2,36)	26,84
Felção	24,84	32,39
Fumo	2,92	48,94
Mamona	(22,31)	(45,27)
Mandioca	3,53	(2,73)
Milho	(6,47)	52,68
Rami	(21,45)	(18,74)
Soja	(24,06)	(3,23)
Tomate	14,29	(6,53)
Trigo	30,98	(12,37)
Banana	26,22	2,34
Café	28,86	(46,51)
Laranja	0,10	2,35
Tangerina	(11,51)	2,35
Uva	5,80	(0,23)
Extração vegetal e silvicultura	1,20	1,20
Aves (galinhas)	8,32	3,45
Bovinos	(5,20)	(20,01)
Suínos	9,26	13,26
Lã	6,73	8,70
Leite	2,16	0,43
Casulos	14,29	6,67
Cera	(2,00)	4,08
Mei	2,21	1,61
Ovos	2,00	2,01

FONTE: SEAB/DERAL, IBGE, IPARDES

No caso do trigo, o decréscimo da produção pode ser atribuído à ocorrência de geadas, chuvas e proliferação de pragas, especificamente na Região Oeste do Estado; a pequena safra de café deve-se

à tendência de erradicação da cultura diante das reduzidas cotações internacionais do produto e da absoluta falta de perspectivas de retorno do regime de fixação de cotas para recuperação dos preços. Com relação à soja e ao algodão, a queda nas quantidades colhidas decorre da estagem, que prejudicou o desenvolvimento das culturas.

No setor industrial, as diminuições de produção mais pronunciadas ocorreram nos gêneros mecânica, química (soja e petróleo processado), têxtil, bebidas e fumo, em resposta à retração da demanda interna para investimento e consumo, fruto da desordem econômica que acompanha a escalada inflacionária.

Ainda assim, os reflexos da crise foram menos intensos no Estado, em razão do comportamento positivo das safras de milho (e seus descobrimentos na silvicultura, agroindústria e comercialização) e feijão, e da reação constatada nas indústrias de metalurgia, material elétrico e de comunicações e material de transporte. Parece oportuno observar a forte influência do subsetor construção civil nas taxas, devido à aceleração das obras civis da barragem de Segredo (1991) e seu encerramento (julho de 1992).

As repercussões do prolongamento e agravamento da recessão nacional podem ser avalladas no Paraná, ainda, pela diminuição dos níveis de faturamento e emprego industrial de 6,72% e 5,64%, respectivamente, de janeiro a outubro de 1992, segundo pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). Ademais, informações do Ministério do Trabalho e Previdência Social revelam declínio de 6,9% no emprego formal da economia paranaense no período de janeiro a setembro de 1992.

RESULTADOS ESTATÍSTICOS DO PIB NACIONAL E ESTADUAL - 1980 - 92

TABELA 1 - VALORES TOTAL E PER CAPITA DO PIB, POPULAÇÃO RESIDENTE E DEFLATOR IMPLÍCITO, NO PARANÁ - 1980-91

ANO	VALOR TOTAL DO PIB				POPUL. RESIDENTE (1.000 hab.)	VALOR PER CAPITA DO PIB				DEFLATOR IMPLÍCITO	
	Valores (Cr\$ 1.000)		Índices do Produto Real			Valores (Cr\$ 1.000)		Índices do Produto Real		Base	Var.
	Preços Correntes	Preços de 1980	Base 1980=100	Var. Anual (%)		Preços Correntes	Preços de 1980	Base 1980=100	Var. Anual (%)	1980=100	Annual (%)
1980	833	833	100,0	22,9	7.629	0,11	0,109	100,0	21,7	100	79
1981	1.644	886	106,4	6,4	7.700	0,21	0,115	105,5	5,5	186	86
1982	3.090	802	96,3	(9,5)	7.771	0,40	0,103	94,5	(10,4)	385	107
1983	7.464	820	98,5	2,2	7.843	0,95	0,105	96,3	1,9	910	136
1984	24.472	812	97,5	(1,0)	7.916	3,09	0,103	94,5	(1,9)	3.014	231
1985	90.323	910	112,8	15,8	7.989	11,31	0,118	108,3	14,6	9.609	219
1986	217.912	940	113,9	0,9	8.063	27,03	0,118	108,3	0,0	22.962	139
1987	740.574	1.159	139,1	22,2	8.137	91,01	0,142	130,3	20,3	63.898	178
1988	5.803.787	1.129	135,5	(2,6)	8.212	706,70	0,137	125,7	(3,5)	514.064	705
1989	80.299.305	1.183	142,0	4,8	8.288	9.688,06	0,143	131,2	4,4	6.787.769	1.220
1990	1.970.834.893	1.105	132,7	(6,6)	8.365	235.601,00	0,132	121,1	(7,7)	178.356.100	2.528
1991	9.837.031.157	1.133	136,0	2,5	8.442	1.165.178,92	0,134	122,9	1,5	868.228.700	387

FONTE: IPARDES

NOTA: Acompanhando procedimento adotado pelo IBGE na montagem do Sistema de Contas Nacionais, a população residente nos anos intercensitários foi estimada por interpolação geométrica.

TABELA 2 - VALORES TOTAL E PER CAPITA DO PIB, POPULAÇÃO RESIDENTE E DEFLATOR IMPLÍCITO, NO BRASIL - 1980-91

ANO	VALOR TOTAL DO PIB				POPUL. RESIDENTE (1.000 hab.)	VALOR PER CAPITA DO PIB				DEFLATOR IMPLÍCITO	
	Valores (Cr\$ 1.000)		Índices do Produto Real			Valores (Cr\$ 1.000)		Índices do Produto Real		Base	Var.
	Preços Correntes	Preços de 1980	Base 1980=100	Var. Anual (%)		Preços Correntes	Preços de 1980	Base 1980=100	Var. Anual (%)	1980=100	Annual (%)
1980	12.450	12.450	100,0	9,2	118.623	0,105	0,105	100,0	6,8	100	90
1981	24.408	11.895	95,5	(4,5)	120.918	0,202	0,098	93,7	(6,3)	205	105
1982	49.676	11.959	96,1	0,5	123.256	0,403	0,097	92,4	(1,4)	415	102
1983	114.010	11.546	92,7	(3,5)	125.640	0,907	0,092	87,6	(5,3)	987	138
1984	369.149	12.153	97,6	5,3	128.070	2,882	0,095	90,4	3,3	3.037	208
1985	1.386.535	13.117	105,4	7,9	130.547	10,621	0,100	95,7	5,9	10.571	248
1986	3.673.071	14.114	113,4	7,6	133.072	27,602	0,106	101,1	5,6	26.025	146
1987	11.573.648	14.621	117,4	3,6	135.646	85,322	0,108	102,7	1,6	79.156	204
1988	86.551.111	14.606	117,3	(0,1)	138.270	625,957	0,106	100,6	(2,0)	592.585	649
1989	1.271.755.529	15.085	121,2	3,3	140.944	9.023,126	0,107	102,0	1,3	8.434.870	1.323
1990	32.730.993.700	14.423	115,8	(4,4)	143.670	227.820,656	0,100	95,7	(6,2)	226.940.493	2.592
1991	164.990.697.900	14.559	116,9	0,9	146.449	1.126.608,566	0,099	94,7	(1,0)	1.133.251.474	399

FONTE: IBGE - Departamento de Contas Nacionais

NOTA: População estimada para 1º de julho (estimativa já incluindo os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991).

TABELA 3 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO, SEGUNDO CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1970-80 - 1980-92

Em %

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA				COMÉRCIO	PIB
		Ind. Extr. Mineral e de Transformação	Construção Civil	Serv. Indust. de Utilidade Pública	Total		
1970-80	19,1	35,3	(16,6)	7,9	23,3	26,3	22,9
1980-81	11,7	3,6	4,8	6,8	4,0	4,7	6,4
1981-82	(8,3)	(14,3)	(1,5)	7,8	(10,7)	(8,8)	(9,5)
1982-83	6,7	3,8	(17,9)	6,3	(0,3)	2,0	2,2
1983-84	(2,4)	(1,6)	(11,3)	11,2	(2,0)	1,4	(1,0)
1984-85	25,4	10,4	17,3	14,8	11,5	12,1	15,8
1985-86	(16,3)	4,0	25,2	2,7	6,5	8,3	0,9
1986-87	53,3	14,9	1,2	7,9	11,3	9,9	22,2
1987-88	(9,7)	0,7	3,2	7,8	1,8	(2,1)	(2,6)
1988-89	1,5	7,2	(2,6)	3,9	4,8	6,6	4,8
1989-90	(9,7)	(5,8)	(4,8)	3,2	(4,8)	(6,7)	(6,6)
1990-91	3,4	0,5	9,0	4,7	3,0	1,2	2,5
1991-92	0,9	1,2	(11,3)	4,4	(1,7)	1,1	(0,1)

FONTE: IPARDES

TABELA 4 - ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO, SEGUNDO CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1980-92

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA				COMÉRCIO	PIB
		Ind. Extr. Mineral e de Transformação	Construção Civil	Serv. Indust. de Utilidade Pública	Total		
1980	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1981	111,7	103,6	104,8	106,8	104,0	104,7	106,4
1982	102,4	88,8	103,2	115,1	92,9	95,5	96,3
1983	109,3	92,2	84,7	122,4	92,6	97,4	98,4
1984	106,7	90,7	75,1	136,1	90,7	98,8	97,4
1985	133,8	100,1	88,1	156,2	101,1	110,8	112,8
1986	112,0	104,1	110,3	160,4	107,7	120,0	113,9
1987	171,7	119,6	111,6	173,1	119,9	131,9	139,1
1988	155,0	120,4	115,2	186,6	122,1	129,1	135,5
1989	157,3	129,1	112,2	193,9	128,0	137,6	142,0
1990	142,0	121,6	106,8	200,1	121,9	128,4	132,7
1991	146,8	122,2	116,4	209,5	125,6	129,9	136,0
1992	148,1	123,8	103,3	218,7	123,4	131,4	135,8

FONTE: IPARDES

NOTA: Base 1980 = 100.

TABELA 5 - ESTIMATIVA DE ÁREA E PRODUÇÃO DE PRODUTOS SELECIONADOS NO PARANÁ - 1990/91 - 1991/92

PRODUTOS	SAFRA 1990/91		SAFRA 1991/92		% 92 C/A	% 92 D/B	SITUAÇÃO DAS LAVOURAS
	Área (ha) (A)	Produção (t) (B)	Área (ha) (C)	Produção (t) (D)			
Algodão (em caroço)	618.000	1.024.111	700.000	980.000	13,3	(4,3)	100% colhida
Amendoim	2.438	3.298	2.210	3.340	(9,4)	1,3	100% colhida
Aroz (sequeiro)	104.392	94.028	116.400	145.700	11,5	55,0	100% colhida
Aroz (irrigado)	16.905	69.684	17.600	71.000	4,1	1,9	100% colhida
Café (beneficiado)	383.355	201.922	310.000	108.000	(19,1)	(46,5)	100% colhida
Felção (água)	569.038	304.167	530.000	410.000	(6,9)	34,8	100% colhida
Felção (seca)	32.315	33.890	40.200	39.200	24,4	15,7	100% colhida
Felção (inverno)	22.683	10.275	25.694	11.962	13,3	16,4	100% colhida
Mamona	3.127	4.513	1.900	2.470	(39,2)	(46,3)	100% colhida
Milho (normal)	2.110.213	4.433.688	2.200.000	6.750.000	4,3	52,2	100% colhida
Milho (safrinha)	248.584	393.424	320.000	620.000	28,7	57,6	100% colhida
Soja	1.972.538	3.631.216	1.794.000	3.417.000	(9,1)	(3,2)	100% colhida
Sorgo	450	1.263	340	690	(24,4)	(45,4)	100% colhida
Aveia	70.473	74.096	67.000	85.000/95.000	(4,9)	21,5	40% colhida
Centeio	2.981	3.628	2.750	3.500/3.700	(7,7)	(0,8)	30% colhida
Cevada	22.974	31.052	20.000	40.000/45.000	(12,9)	36,9	100% plantada
Trigo	1.082.358	1.825.929	1.210.000	1.550.000/1.650.000	11,8	(12,4)	83% colhida
Alho	1.391	4.801	1.200	4.700/5.200	(13,7)	3,1	100% plantada
Batata (água)	24.659	379.027	27.110	455.500	9,9	20,2	100% colhida
Batata (seca)	16.991	274.797	16.815	228.000	(1,0)	(17,0)	100% colhida
Cebola	6.023	43.560	7.300	55.250	21,2	26,8	100% colhida
Tomate (safrão)	1.269	50.517	1.175	49.800	(7,4)	(1,4)	100% colhida
Tomate (risco)	225	11.555	215	8.200	(4,4)	(29,0)	100% colhida
Cana-de-açúcar	172.296	12.500.000	185.000	13.500.000/14.500.000	7,4	12,0	81% colhida
Fumo	22.865	41.494	32.000	61.800	40,0	48,9	100% colhida
Mandioca	102.265	2.261.788	100.000	2.000.000/2.400.000	(2,2)	(2,7)	92% colhida
Rami	5.559	7.999	5.300	6.500	(4,7)	(18,7)	100% colhida
Casulo-de-seda	41.120	12.006	45.000	12.800	9,4	6,6	100% colhida

FONTE: SEAB/DERAL, IBGE

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CARLOS ARTUR KRÜGER PASSOS - *Secretário*

FERDINANDO SCHAUENBURG - *Diretor - Geral*

IPARDES

MARIANO DE MATOS MACEDO - *Diretor - Presidente*

NEI CELSO FATUCH - *Diretor Administrativo - Financeiro*

ELVINA MARIA SOARES CHAVES - *Diretora do Centro de Pesquisa*

EMÍLIO CARLOS BOSCHILIA - *Diretor do Centro Estadual de Estatística*

JORGE KHALIL MISKI - *Diretor do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

EQUIPE TÉCNICA

Gilson Volaco (*economista*) - *Coordenador*

Elisabete Cosmala Baggio (*economista*)

Emílio K. Shibata (*economista*)

Gilmar Mendes Lourenço (*economista*)

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Maria Cristina Ferreira (*editoração*), Estelita Sandra Matias (*revisão*),

Stella Maris Gazzlero de Araújo (*arte e editoração eletrônica*)